



TERRA SANGRENTA

Pastoral denuncia explosão de conflitos

Levantamento indica mais de 5,7 mil confrontos ocorridos no governo Bolsonaro. Situação tornou-se crítica a partir de 2016

» CRISTIANE NOBERTO

O desmantelamento de órgãos de fiscalização e estímulo ao armamento no campo renderam aos três primeiros anos de gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL) os maiores números de conflitos por terra. Entre 2019 e 2021, foram somados 5.725 confrontos no campo, registrados no levantamento *Conflitos no Campo, Brasil 2021*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e são os maiores desde o início da série histórica, em 1985. Os dados foram divulgados ontem.

“No governo atual a gente não teve uma política pública ideal para o campo. Ainda tivemos o problema de que os organismos que existiam para auxiliar e administrar a vida de quem vive no campo foram enfraquecidos em sua organização por parte do governo federal”, lamentou Dom José Inoliton, presidente da CPT.

Segundo o levantamento, nos últimos dez anos, as mudanças políticas ocorridas no Brasil foram decisivas para os moradores do campo. Os pesquisadores apontam uma disparada de casos de violência a partir de 2016. Até então, o número de ocorrências ficava em torno de 820 por ano. Nos anos seguintes, o número de registro ultrapassaram a casa dos 1.100 casos.

No primeiro ano de mandato de Bolsonaro, houve 1.260 registros de violência no campo. Em 2020, novo salto: 1.576 casos. Em 2021, os conflitos diminuíram para 1.242. Apesar dessa redução, o documento da Pastoral da Terra afirma haver “altíssima conflitividade” diversas regiões do país.

Roraima foi o estado com o maior número de assassinatos. Segundo a CPT, houve 11 mortes em 2021 e ao menos dois óbitos em terras ianomâmis. O estado do Maranhão vem em seguida, com nove assassinatos; depois Roraima, Tocantins e Rio Grande do Sul, cada um com três assassinatos em ocasiões diferentes.

Indígenas, quilombolas, posseiros, sem-terra e assentados são os grupos que mais sofreram com ações no campo em 2021. O estudo mostra que os ataques aos povos originários corresponderam a 26% (317). Do total de assassinatos, 101 mortes foram registradas no estado de

Roraima, todas em terras indígenas ianomâmis e causadas por ação de garimpeiros.

O levantamento também mostra que o número de sementas assassinadas aumentou 350% de 2020 para 2021, passando de dois para nove no ano. Ao todo, 100 pessoas foram presas em 2021, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Dessas, 30, quase um terço do total, foram presas em um conflito em Rondônia, em 17 de novembro. A maioria das capturas é do estado de Rondônia.

“Projetos de Lei foram sendo encaminhados para o Congresso na tentativa de facilitar o acesso às terras, por parte do agronegócio e grandes latifundiários. A discussão das armas tem sido uma defesa desse governo e tem incentivado o porte de arma e a arma acaba sim, se tornando um instrumento que produz violência e no campo isso sem dúvidas tem causado muitos problemas”, pontuou Dom José.

Grupos chamados de “pistolagem sob encomenda” e “agromilícias”, além da omissão ou ação direta de agentes públicos foram responsáveis pelo assassinato de 35 pessoas. “Ocorreram 109 mortes em decorrência destes conflitos sangrentos, bem como 27 tentativas de assassinato e 132 ameaças de morte. Além destes dados, foram registradas 75 agressões físicas com ferimentos diversos”, destaca o texto.

Dados objetivos

Dom Joel Portella, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aponta que o levantamento deve ser visto por dois aspectos: o papel da igreja em catalogar os dados e a divulgação dos estudos.

“É indispensável ter dados objetivos e não temer dialogar sobre eles. Assim como a terra, a verdade é condição de democracia. Um país que teme a verdade, não pode ser chamado de democrata, um povo tem que se comprometer com a justiça social em relação a terra, igualmente compromisso com a verdade”, disse. Dom Joel Portella ainda afirmou que é preciso ter “a mesma firmeza para não deixar que a mentira e a manipulação dos dados” venham contribuir para a morte.

Procurado, o Ministério da Justiça não deu retorno até o fechamento desta edição.

Tensão no campo

O levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra revela um recrudescimento dos confrontos que envolvem o garimpo ilegal, indígenas, quilombolas e outros segmentos da sociedade. Há disputas por terra, por água e abusos trabalhistas, entre outras situações. Veja, abaixo, uma parte do estudo.



CONFLITOS POR TERRA

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ocorrências	828	802	820	828	1.112	1.033	1.000	1.260	1.576	1.242
Ocupações/Retomadas	255	245	223	234	224	193	157	46	29	50
Acampamentos	15	15	22	30	25	13	20	5	3	3
Assassinatos	34	30	37	49	61	70	27	27	14	34
Pessoas envolvidas	471.160	461.065	622.495	642.005	736.590	639.715	664.470	580.228	687.872	670.760
Hectares	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957	71.277.426

CONFLITOS TRABALHISTAS

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Trabalho escravo rural	170	142	132	80	68	67	86	89	96	169
Pessoas envolvidas	3.002	1.730	2.494	1.760	751	532	1.465	880	1.104	2.035

CONFLITOS PELA ÁGUA

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conflitos	78	103	131	151	177	199	279	502	350	304
Pessoas envolvidas	145.755	158.180	204.255	217.710	223.455	178.090	379.035	317.524	225.168	224.540

TOTAL DOS CONFLITOS NO CAMPO NO BRASIL

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Conflitos	1.396	1.332	1.338	1.329	1.607	1.505	1.547	1.903	2.054	1.768
Assassinatos	36	35	37	50	64	71	30	32	20	34
Pessoas envolvidas	619.990	621.117	829.538	861.600	960.798	818.337	1.044.984	898.635	914.144	897.335
Hectares	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114	39.425.494	53.313.244	77.442.957	71.277.426

FAMÍLIAS ATINGIDAS EM 2021

Distribuição por região das ocorrências de famílias atingidas pelos conflitos

Brasil	Nº de Famílias	%	Nº de Ocorrências	%
Norte	488	39%	77.431	47%
Nordeste	376	30%	50.284	31%
Centro Oeste	160	13%	19.467	12%
Sudeste	172	14%	11.658	7%
Sul	46	4%	5.942	4%
Total	1242	100%	164.782	100%

Fonte: Conflitos no Campo, Brasil, 2021 - Comissão Pastoral da Terra

CATEGORIAS QUE MAIS SOFRERAM VIOLÊNCIA EM 2021

Indígenas e Quilombolas foram mais prejudicados pelos conflitos*

Indígenas	26%	317
Quilombolas	17%	210
Posseiros	17%	209
Sem-Terras	14%	170
Assentados	5%	101

*Há categorias como camponeses, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores e outros

NOVO CANGAÇO

Força-tarefa procura bando que tentou mega-assalto

» RAPHAEL PATI*

Forças de segurança do Paraná estão concentradas na busca dos criminosos que espalharam pânico na cidade de Guarapuava, a 257km de Curitiba. Antes do amanhecer desta segunda-feira (18/4), um grupo de 30 bandidos fortemente armados tentou assaltar uma empresa de transporte de valores. A ação durou cerca de três horas. De acordo com a Polícia Militar (PM), até a tarde de ontem, dois policiais e um morador ficaram feridos. Para os três, não há risco de morte.

Estão no município equipes do Batalhão de Operações

Especiais (Bope), do Batalhão de Choque, das Rondas Ostensivas de Natureza Especial (Rone) e do Setor de Inteligência (P2). Entre as equipes do Bope estão o Comando de Operações Especiais (COE), grupo de elite da Polícia Militar, e o Esquadrão Antibombas. Além disso, três helicópteros da PM participam das buscas. Cerca de 200 policiais apoiam as ações, incluindo reforços da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Em entrevista na manhã de ontem, o comandante da Polícia Militar, coronel Hudson Leônico Teixeira, afirmou que a equipe de inteligência da Polícia Militar

já previa uma ataque na região, graças à colaboração com a polícia de estados vizinhos. Com esse preparo, foi possível conter a ação dos criminosos e evitar um confronto na área urbana de Guarapuava.

O coronel Hudson disse que as forças de polícia haviam estudado os assaltos ocorridos em Criciúma (SC), onde foram levados R\$ 125 mil de uma agência bancária, em 2020, e em Araçatuba (SP), no ano passado, quando três moradores e dois bandidos foram mortos.

“Desde Criciúma e Araçatuba nossa Inteligência tem conversado com as polícias de São Paulo e Santa Catarina. Com a sinergia da Polícia Militar com a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal, havia indicativo de que nosso estado poderia ser alvo desse tipo de crime”, contou o coronel.

Há cinco meses, o Comando de Operações Especiais (COE) da PM conseguiu impedir um outro assalto a dois bancos, em Três Barras do Paraná, no sudoeste do estado. Nesse caso, o COE conseguiu abordar os ladrões no momento do crime, com o atuação de atiradores de elite.

Em Guarapuava, para conter os assaltantes, a tropa do 16º Batalhão de Polícia Militar (BPM) cercou a empresa e empurrou os assaltantes para fora da cidade, nas áreas rurais. Esse plano de contingência tinha por objetivo impedir que os criminosos acessassem o cofre da empresa de transportes.

“Nossa maior preocupação foi com a população, já que a sede da empresa atacada está em uma área residencial muito densa. Não poderíamos ter troca de tiros de grosso calibre no meio

da cidade. Por isso conduzimos o grupo ao segundo perímetro, na área rural”, explicou o tenente-coronel João Lins, comandante do 16º BPM.

No momento, os policiais realizam buscas na zona rural da cidade para encontrar os criminosos. Na tarde de ontem, a polícia prendeu o primeiro suspeito de envolvimento no ataque. O detido é um morador do município.

O prefeito Celso Góes contou a complexidade da operação. “Guarapuava é um município muito extenso, muito grande, tem quase 5 mil quilômetros de estradas rurais, e eles se embrenharam nesse tipo de logística”, explicou, em entrevista à CNN.

Os bandidos tinham fuzis e armas de calibre .50, além de sete veículos blindados nos quais eles fugiram em direção ao interior do estado. Segundo

especialistas, o armamento provém de um sistema internacional de tráfico bélico. A maioria é fabricada nos Estados Unidos e atravessa a fronteira brasileira pelo Paraguai.

Ao comentar o ataque no Paraná, o ministro da Justiça, Anderson Torres, defendeu penas mais duras para crimes violentos e uma definição mais ampla de terrorismo. “Em 25/3/22, enviamos ao Legislativo um PL para alteração da Lei de Organizações Criminosas (12.850/2013). Proposta essencial para coibir crimes absurdos como esse em Guarapuava. A pena máxima passaria de 8 para 20 anos de reclusão. Conto com o apoio do Parlamento para aprovarmos”, escreveu o ministro.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza